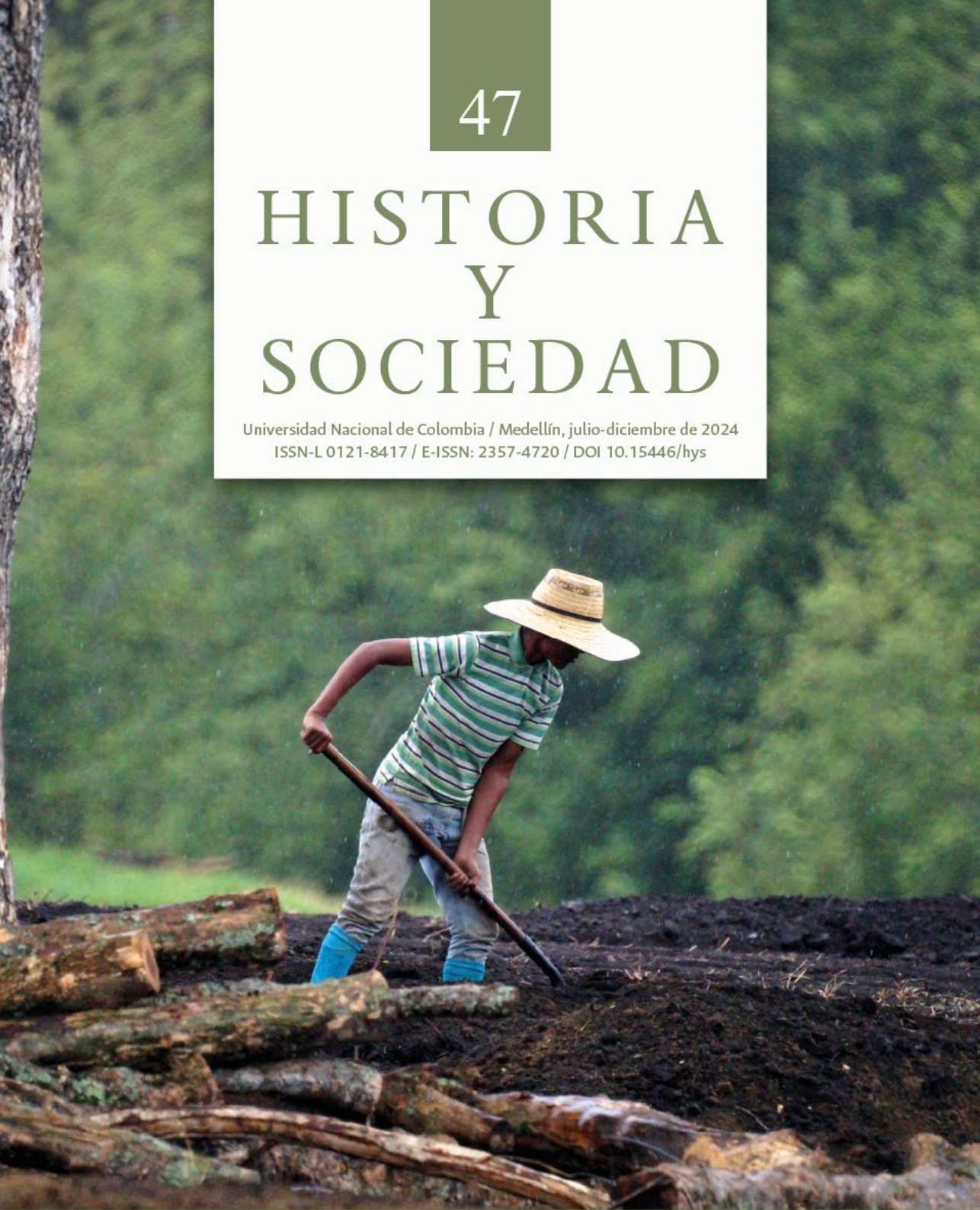


47

HISTORIA Y SOCIEDAD

Universidad Nacional de Colombia / Medellín, julio-diciembre de 2024
ISSN-L 0121-8417 / E-ISSN: 2357-4720 / DOI 10.15446/hys




Facultad de Ciencias Humanas y Económicas
Sede Medellín



UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE COLOMBIA

Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma interpretação do Monumento a Castelo Branco como uma “memória do capitalismo” (Porto Alegre, Brasil, 1979)*

Caroline Silveira-Bauer**


 DOI: <https://doi.org/10.15446/hys.n47.112397>

Resumo | o envolvimento de empresários nas ditaduras implementadas no Cone Sul na América Latina nos anos 1960 e 1970 vem sendo pesquisado multidisciplinarmente, com predileção para os temas da colaboração e do financiamento com os órgãos da repressão. Iniciativas do campo da justiça de transição têm reconhecido a responsabilidade empresarial por essas violações de direitos humanos, contribuindo para a elaboração de medidas de reparação e políticas de memória. Este artigo propõe um estudo sobre um tipo específico de cumplicidade entre o capital e o Estado: a construção de homenagens às ditaduras nos espaços públicos. Mobilizando um arcabouço teórico do qual se destacam as categorias de dádiva e contra-dádiva, e utilizando documentos oficiais e periódicos de diversas procedências, analisa o Monumento a Castelo Branco, construído em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 1979, por iniciativa de um grupo de empresários sul-rio-grandenses. Argumenta-se que o monumento pode ser considerado uma “memória do capitalismo”, porque a homenagem selou relações entre o empresariado e a ditadura durante a conjuntura de transição política. Desta forma, explica-se a importância da ressignificação dessas homenagens e de repensar as formas de reparação e responsabilização no escopo da justiça de transição.

Palavras-chave | cumplicidade empresarial; ditadura civil-militar brasileira; justiça de transição; memória coletiva; memória do capitalismo; monumentos; Brasil; século XX.

* **Recebido:** 8 de janeiro de 2024 / **Aprovado:** 13 de maio de 2024 / **Modificado:** 2 de julho de 2024. Artigo de pesquisa derivado do projeto intitulado “Uma interpretação da monumentalização da ditadura como construção de uma memória do capitalismo”, que foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) a través de uma beca de “Produtividade em Pesquisa” no. 302978/2022-4 (2023).

** Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Doutora em Mon Contemporâni pela Universidade de Barcelona (Barcelona, Espanha). Professora e investigadora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil)

 <https://orcid.org/0000-0001-9753-2078>  caroline.bauer@ufrgs.br



Cómo citar / How to Cite Item: Silveira-Bauer, Caroline. “Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma interpretação do Monumento a Castelo Branco como uma ‘memória do capitalismo’ (Porto Alegre, Brasil, 1979)”. *Historia y Sociedad*, no. 47 (2024): 49-73. <https://doi.org/10.15446/hys.n47.112397>



Derechos de autor: Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Hist.Soc. 47 (Julio-diciembre de 2024) / pp. 49-73

ISSN-L 0121-8417 / E-ISSN: 2357-4720 / DOI: <https://doi.org/10.15446/hys.n47.112397>

Commemorating the dictatorship, celebrating the capital: an interpretation of the monument to Castelo Branco as “memory of capitalism” (Porto Alegre, Brazil, 1979)

Abstract | The participation of businesspeople in the dictatorships of the 1960s and 1970s in the Southern Cone in Latin America has been investigated in a multidisciplinary manner, with a preference for the issues regarding business complicity in the functioning of the repressive apparatus. Initiatives in the field of transitional justice have recognized the corporate responsibility for those human rights violations, contributing to the development of reparation measures and memory policies. This article proposes a study on a specific type of complicity between the capital and the state: constructing tributes to dictatorships in public spaces. For this purpose, a theoretical framework was applied highlighting the categories of gift and counter-gift and using official documents and newspapers to analyze the monument to Castelo Branco, built in Porto Alegre, capital of the province of Rio Grande do Sul, Brazil, in 1979, at the initiative of a group of businesspeople. It is argued that the monument can be considered a “memory of capitalism”, since the tribute sealed relations between business and dictatorship during the political transition. Hence, it explains the importance of reconsidering these tributes and rethinking the forms of reparation and accountability within the transitional justice area.

Keywords | business complicity; Brazilian civil-military dictatorship; transitional justice; collective memory; memory of capitalism; historical monuments; Brazil 20th century.

Commemorando la dictadura, celebrando el capital: una interpretación del Monumento a Castelo Branco como “memoria del capitalismo” (Porto Alegre, Brasil, 1979)

Resumen | la participación de empresarios en las dictaduras de las décadas de 1960 y 1970 en el Cono Sur de América Latina ha sido investigada de manera multidisciplinaria, con preferencia por los temas de la complicidad empresarial en el funcionamiento del aparato represivo. Iniciativas en el campo de la justicia transicional han reconocido la responsabilidad empresarial por esas violaciones a los derechos humanos, contribuyendo al desarrollo de medidas de reparación y políticas de memoria. Este artículo propone un estudio sobre un tipo específico de complicidad entre el capital y el Estado: la construcción de homenajes a las dictaduras en los espacios públicos. Para ello, aplicó un marco teórico en que se destacan las categorías de donación y contradonación y se utilizaron documentos oficiales y periódicos para analizar el Monumento a Castelo Branco, construido en Porto Alegre, capital de la provincia de Rio Grande do Sul, Brasil, en 1979, por iniciativa de un grupo de empresarios. Se sostiene que el monumento puede considerarse una “memoria del capitalismo”, porque el homenaje ha sellado las relaciones entre el empresariado y la dictadura durante la transición política. De esta manera, se explica la importancia de replantearse estos homenajes y repensar las formas de reparación y rendición de cuentas en el ámbito de la justicia transicional.

Palabras clave | complicidad empresarial; dictadura cívico-militar brasileña; justicia transicional; memoria colectiva; memoria del capitalismo; monumentos históricos; Brasil; siglo XX.

Introdução

O monumento a Castelo Branco se localiza no Parque Moinhos de Vento, em uma zona considerada nobre de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil. Seus 28 metros de altura exigem que quem observa se esforce para contemplar as quatro figuras munidas de escudos e lanças, que se sustentam em longilíneas pernas, ainda mais porque as copas das árvores que circundam a escultura dificultam os ângulos de observação. Ao lado, uma placa diz: “Ao presidente Castello Branco, o povo do Rio Grande do Sul. Abril de 1979”. Tratou-se de uma iniciativa da Comissão Pró-Construção do Monumento ao Marechal Castelo Branco, um grupo de empresários sul-rio-grandenses que, na conjuntura de transição política, por motivos que serão analisados nesse artigo, propôs a homenagem ao primeiro ditador do regime implementado pelo golpe civil-militar de 1964.

Por consequência, percebe-se que o relacionamento e a cumplicidade entre o capital e o Estado durante a ditadura extrapolaram as dimensões econômica e repressiva, estendendo-se para a construção de memórias através de homenagens à ditadura e aos ditadores no espaço público. O envolvimento de empresários nas violações de direitos humanos das ditaduras implementadas no Cone Sul na América Latina nos anos 1960 e 1970 vem sendo pesquisada de forma multidisciplinar. Esses estudos têm demonstrado que empresários colaboraram com os órgãos de informação e inteligência e financiaram a estrutura de repressão, mas também se favoreceram das políticas públicas da ditadura para as áreas da economia e do trabalho¹. Iniciativas do campo da justiça de transição² têm reconhecido a responsabilidade empresarial,

1. A relação entre o empresariado e as ditaduras foi explicitada por diferentes autores. Para caso brasileiro ver Pedro-Henrique Pedreira-Campos, “Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia”, *Sillogés* 3, no. 1 (2020): 15-42, <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/116/99> Para a ditadura argentina ver Victoria Basualdo, “Responsabilidad empresarial en la represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado: avances recientes sobre la dictadura argentina (1976-1983) en un marco regional e internacional”, *La Rivada. Revista de investigaciones en Ciencias Sociales* 5, no. 9 (2017): 14-29, <https://larivada.unam.edu.ar/index.php/larivada/article/view/153>

2. A produção acadêmica sobre a justiça de transição e a elaboração de políticas de memória têm crescido exponencialmente nos últimos 20 anos, tornando impossível uma sistematização de trabalhos e iniciativas. Cito algumas obras de referência que orientaram a análise aqui desenvolvida: Renan Quinalha, *Justiça de transição: contornos do conceito* (São Paulo: Expressão Popular, 2012); Glenda Mezarobba, “De que se fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, no. 67 (2009): 111-122, <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/328>; Carlos-Arthur Gallo, “A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 38 (2002), <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.253850>; e José-Carlos Moreira da Silva Filho, “Corporate Accountability for Involvement in Gross Human Rights Violations During the Brazilian Civil-Military Dictatorship – The Role of the Truth Commissions and the Case of Volkswagen Do Brasil”, *Journal of White Collar and Corporate Crime* 4, no. 2 (2023): 124-138, <https://doi.org/10.1177/2631309X221079337> Para um balanço sobre a produção sobre a justiça de transição no Brasil, ver Carlos-Arthur Gallo e Christian Jecov-Schallennmüller, “Quem estuda justiça de transição no Brasil? Um panorama sobre uma agenda de pesquisas em construção”, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, no. 99 (2023): 1-22, <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/641>

contribuindo para a elaboração de medidas de reparação e políticas de memória. Como exemplos, citam-se as investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil³ e o projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, resultado do Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público Federal e a Volkswagen⁴. Este artigo propõe um estudo sobre um tipo específico de cumplicidade entre o capital e o Estado: a construção de homenagens às ditaduras nos espaços públicos, a partir da análise do Monumento a Castelo Branco. Mobilizando as reflexões de Marcel Mauss⁵ sobre a formação de uma economia simbólica e uma moral específicas, baseada nas dídivas e nas contra-dídivas, o texto explicita os sentidos e significados dessa homenagem, argumentando que o monumento pode ser considerado uma “memória do capitalismo”, porque a homenagem selou relações entre o empresariado e a ditadura durante a conjuntura de transição política. Desta forma, demonstra a importância da ressignificação dessas homenagens e de repensar as formas de reparação e responsabilização no escopo da justiça de transição no que diz respeito aos sujeitos que arcarão com medidas civis, penais e simbólicas, principalmente as indenizações pecuniárias. O Estado deixou de ser o único ente acionado para o cumprimento de suas obrigações em relação ao passado ditatorial, e os setores que se beneficiaram de políticas de terrorismo de Estado também passaram a ser responsabilizados. Como questiona Pedro-Henrique Campos:

Alguns debates atuais têm se dado em torno das questões da memória e da reparação no que concerne à ditadura civil-militar brasileira [...] Toda uma questão se dá também no que diz respeito ao pagamento de indenizações às pessoas que sofreram com a tortura, a perseguição e o exílio ao longo do regime. [...] Recorrentemente, são questionados os valores dessas indenizações e seu alto custo para as contas públicas nacionais, que têm prioridades tão urgentes em nosso país. Uma solução possível seria cobrar essa justa reparação diretamente das ricas e poderosas empresas monopolistas estrangeiras e brasileiras – como as empreiteiras –, que contribuíram e se beneficiaram com as políticas da ditadura. Afinal, elas compunham ou não o Estado brasileiro naquela ocasião?⁶

3. Comissão Nacional da Verdade (CNV), “Texto 8. Civis que colaboraram com a ditadura”, em *Relatório. Textos temáticos* (Brasília: CNV, 2014), 314-338, <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20%20-%20Texto%208.pdf>

4. Edson Teles, Carla Osório e Marília Calazans, coords., “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, projeto do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil, <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>

5. Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, em *Sociologia e antropologia* (São Paulo: Cosac Naify, 2003). Considero que a economia simbólica e a moral que regem a tríade dar-receber-retribuir podem extrapolar as perspectivas utilitaristas, mas ainda assim ocorrem no âmbito das relações capitalistas. Portanto, a mobilização do arcabouço conceitual de Mauss se dá para explicitar os vínculos entre o capital e o Estado.

6. Pedro-Henrique Pedreira-Campos, “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)” (tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012), 515-516, <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16073>

A partir dessa chave interpretativa, estudar o monumento promovido por um grupo de empresários e militares em homenagem ao primeiro ditador de um regime implementado através de um golpe que assegurou as estruturas do capital no Brasil, possibilita compreendê-lo como uma celebração desse mesmo capital, explicitada na defesa de determinados valores associados à “democracia”. Assim, juntamente com questionamentos sobre como, por quem, quando e quem, é necessário problematizar o que fora homenageado, possibilitando compreender essas homenagens como uma “memória do capitalismo”. A homenagem foi proposta em um período bastante sensível da história política brasileira, em que diferentes projetos de economia e Estado, desenvolvimentistas⁷ e neoliberais⁸, estavam em disputa. O Monumento a Castelo Branco é um dos casos estudados no âmbito do projeto “Uma interpretação da monumentalização da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988) como construção de uma ‘memória do capitalismo’” em que são analisados alguns monumentos da ditadura, voluntários ou involuntários, para usar a distinção estabelecida por Alois Riegl⁹, como expressões de uma memória apologética do capitalismo. Esta pesquisa insere-se em uma investigação mais ampla, desenvolvida coletivamente no Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado. A inexistência de memoriais e monumentos apologéticos ao capitalismo ou em homenagem a suas vítimas motivou essas reflexões, e, como hipótese, acredita-se que exista uma invisibilização desse sistema enquanto ideologia produtora de crimes e violações de direitos humanos, ou uma normalização enquanto conjunto de valores.

Algo próximo às reflexões de Walter Benjamin em “O capitalismo como religião”¹⁰, que ressaltam a “ocultação do deus dessa religião” ao mesmo tempo em que se estabelece um culto de duração permanente. Por memórias do capitalismo se entende um trabalho de memória, concepção que será detalhada adiante, que visa reconhecer as marcas e os rastros do sistema capitalista na realidade e realizar sua inscrição no âmbito da linguagem. Aqui, no caso específico, essa memória se apresenta como um semióforo, outra categoria que será explorada no texto. O artigo foi escrito a partir de dois principais conjuntos de fontes. Primeiramente, documentos oficiais produzidos pelo Estado brasileiro na ditadura e na democracia, que incluem as atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a correspondência recebida pelo general Figueiredo e o relatório da Comissão Nacional da verdade. Também foram consultados documentos desclassificados sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos do projeto *Opening the Archives*. Em segundo lugar, para auxiliar na reconstituição do processo de construção e inauguração do monumento, pesquisou-se acervos online de jornais de grande circulação, disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

7. Nils Gilman, *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007).

8. Pierre Dardot e Christian Laval, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (São Paulo: Boitempo, 2016).

9. Alois Riegl, *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem* (São Paulo: Perspectiva, 2014).

10. Walter Benjamin, *O capitalismo como religião* (São Paulo: Boitempo, 2013).

Essas fontes foram cotejadas com a bibliografia existente sobre o tema a fim de embasar a argumentação desenvolvida no artigo. Uma primeira versão deste texto foi publicada como o capítulo “Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma leitura do monumento à Castelo Branco em Porto Alegre”¹¹. A análise a seguir apresenta um novo referencial metodológico e teórico, que inclui tanto as noções de dádiva e contra-dádiva quanto as reflexões sobre as memórias do capitalismo. Ambas foram desenvolvidas no último ano a partir do diálogo com colegas de vários grupos de pesquisa e com discentes.

A ditadura: a transição política e o capital

Existem diversos estudos sobre processo de transição política brasileiro nas diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Na história, muitas vezes, as abordagens a esse acontecimento ou período têm se sustentado a partir de construções memoriais ou naturalizações, que não são problematizadas nas análises, sendo tomadas como auto evidências. Em outros casos, a narrativa sobre o término da ditadura possui um viés nitidamente teleológico, em que a seleção de acontecimentos indica um inevitável retorno à democracia, através das medidas liberalizantes. Além da perspectiva teleológica, essas abordagens parecem associar a vigência de um Estado de direito à democracia, o que tem sido questionado por alguns autores¹².

Novos estudos vêm procurando desnaturalizar esses marcos cronológicos e memoriais, bem como interpretando a transição como um processo cujo desfecho não era previsível, justamente porque era disputado por diferentes grupos, que não queriam perder privilégios alcançados ou reproduzidos durante o período ditatorial; que receavam um aprofundamento da democracia; ou que temiam ações de responsabilização jurídica frente às graves violações de direitos humanos cometidas naqueles anos¹³.

Do ponto de vista dos setores econômicos, a transição política significou a necessidade de uma atuação para a defesa de seus interesses, o que era explicitado a partir de debates sobre “o rumo da democracia brasileira”. Os militares que compunham o governo ditatorial iniciaram esse debate na conjuntura de sucessão de Médici, e delinearam um projeto de institucionalização da ditadura a partir de uma reforma do Estado. Grupos empresariais inseriram-se nessas discussões entre 1976 e 1977, procurando influenciá-las para incorporação de uma já incipiente

11. Caroline Silveira-Bauer, “Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma leitura do monumento à Castelo Branco em Porto Alegre”, em *Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história*, orgs. Cristina Meneguello y Julio Bentivoglio (Rio de Janeiro: HelpBook, 2022), 105-128.

12. Daniel-Aarão Reis-Filho, *Ditadura e democracia no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014).

13. Como, por exemplo, Samantha Viz-Quadrat, org., *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014) e Caroline Silveira-Bauer, “Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura”, *Estudos ibero-americanos* 45, no. 1 (2019): 91-103, <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.31164>

racionalidade neoliberal. A disputa por diferentes sentidos e significados de Estado, economia e sociedade seguiu até a promulgação da Constituição de 1988, demonstrando apreensão de certos setores em relação às medidas liberalizantes do regime (revogação do Ato Institucional n. 5, fim do bipartidarismo, liberdade de imprensa etc.) e quanto à emergência dos novos movimentos sociais, interpretados como fatores de instabilidade, que, para eles, remetiam à conjuntura pré-1964¹⁴. Muitos desses empresários fundaram, em janeiro de 1985, a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), que reivindicava a defesa do regime democrático, dos valores cristãos da nação brasileira, das grandes empresas e da propriedade privada.

Esse fato explicita uma apreensão em relação ao presente e ao futuro, o que, por sua vez, evidencia que os rumos do processo de transição política não estavam definidos. Muitos setores empresariais acreditavam que a subversão ou o comunismo seguiam como ameaças à democracia, e invocavam “memórias do caos”¹⁵ que antecedeu o golpe de 1964, instrumentalizando o medo como forma de dominação política. Essa preocupação pode ter embasado o grupo de empresários sul-rio-riograndenses que se mobilizaram para a construção de um monumento em homenagem à Castelo Branco. O primeiro “presidente” da “revolução” seria lembrado, desta forma, como os valores a serem mantidos durante o processo de transição política, principalmente em uma conjuntura de passagem do cargo presidencial do general Ernesto Geisel para o general João Batista Figueiredo. Seria como o cumprimento da profecia presente no preâmbulo do Ato Institucional n. 2, promulgado em 27 de outubro de 1965: “não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará”¹⁶.

A proposição

Existem diferentes versões, não necessariamente contraditórias, para a proposta de construção de um monumento a Castelo Branco em Porto Alegre. Virgínia Gil Araújo¹⁷ afirmou que os debates sobre a construção do monumento se iniciaram em 1977, com a formação

14. Sara Dalpiaz-Carlos, “Os ‘zeladores’ da democracia. Ação democrática renovadora: um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul” (tese de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017), <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173751>

15. Manuel-Antonio Garretón, “Fear in Military Regimes: an Overview”, em *Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America*, eds. Juan E. Corradi, Patricia Weiss-Fagen e Manuel-Antonio Garretón (Berkeley: University of California Press, 1992), 21.

16. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, “Ato institucional no. 2 de 1965 (27 de outubro). Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências”, *Diário Oficial da União* de 27.10.1965, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

17. Virgínia Gil-Araújo, “O Cenário Urbano como Representação do Progresso – História, leituras e atitudes desencadeadas pelo Monumento ao Marechal Castello Branco. Porto Alegre / 1978-1979”, conferência apresentada em o XXII Colóquio do Colóquio Brasileiro de História da Arte, Porto Alegre, Brasil, 2002, <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto43.pdf>

da Comissão Pró-Construção do Monumento ao Marechal Castelo Branco, composta pela Federação das Indústrias, pela Federação da Agricultura, pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, pelo Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, além do general ex-comandante do III Exército Oscar Luiz da Silva, e do desembargador Paulo Barbosa Lessa¹⁸. O lançamento da campanha, ocorrida em uma reunião-almoço na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e Associação Comercial de Porto Alegre, contou com a presença de autoridades políticas, empresariais, midiáticas e militares¹⁹. A Comissão era coordenada por Fábio Araújo Santos, e sua secretaria funcionou no sexto andar do Palácio do Comércio²⁰, até a inauguração do monumento. O objetivo explicitado para a construção do monumento era homenagear Castelo Branco pela ocasião do décimo segundo ano de seu falecimento²¹. De acordo com reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, Santos pretendia que o monumento fosse inaugurado em 20 de setembro de 1978, “data em que os gaúchos comemoram a Revolução Farroupilha e dia em que nasceu o primeiro Presidente da Revolução de 1964”²².

Outra versão, datada de 2014, provém do debate sobre a renomeação da Avenida Castelo Branco em Porto Alegre, durante uma sessão da Câmara de Vereadores. O vereador Pedro Ruas, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), em sua comunicação de líder, afirmou que a construção do monumento foi proveniente de uma insatisfação de Médici. No ano de 1973, ao final de um churrasco, o general teria dito que achava “que essa gente não gosta de nós [...] fizeram eu inaugurar a Freeway²³, com nome americano, e não tem nada com o nome de Castelo nesta cidade!”. A constatação de Médici sensibilizou autoridades locais, que nomearam a avenida que dava acesso à Freeway de Avenida Castelo Branco. Entretanto, ainda segundo o relato de Pedro Ruas, Petrônio Portela, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), ao assumir o Ministério da Justiça do governo Figueiredo, afirmou que a homenagem foi insuficiente, levando a uma “correria total aqui no Rio Grande em 1978”, e resultando na inauguração do monumento em 1979. “Agora está melhor”²⁴.

18. Barbosa Lessa foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul (Ipesul), instituição na qual ocupou a segunda vice-presidência no biênio 1965-1966. Foi também professor das Faculdades de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ver René Dreifuss, *A conquista do Estado. Ação política e golpe de classe* (Petrópolis: Vozes, 1981), 511 e 537.

19. *Revista da Associação Comercial*, Ano XXXIX, no. 120, out. 1977, Rio de Janeiro, 47.

20. Durante a ditadura civil-militar, o Palácio do Comércio, além de sediar a Junta Comercial do Rio Grande do Sul, foi sede do Ipesul e da Ação Democrática Renovadora (ADR).

21. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 3.

22. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1978, 8.

23. Nome da autoestrada que liga Porto Alegre ao litoral norte do Rio Grande do Sul.

24. Todas as citações e informações desse parágrafo foram retiradas de Câmara Municipal de Porto Alegre - Câmara de Vereadores, “Ata da septuagésima segunda sessão ordinária de 27 de agosto de 2014”, 2-3. https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sessoes_plenarias_antigas/2014/08/27/072a%20so%20-%2027agosto2014.htm

A biografia do líder da Comissão Pró-Construção do Monumento ao Marechal Castelo Branco, Fábio de Araújo Santos, auxilia a compreender a proposição da homenagem, a interrelação entre a ditadura e o capital, e a releitura do monumento como uma memória do capitalismo. Fábio de Araújo Santos nasceu em 1º de novembro de 1926 em Porto Alegre e começou a trabalhar na empresa de seu pai, a J. H. Santos e Cia., que se dedicava ao comércio de couros. Foi presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul durante vários mandatos. Segundo reportagem especial do jornal Zero Hora, Araújo Santos era um “monetarista convicto”²⁵, adepto ao pensamento e às teorias de Milton Friedman e de Roberto Campos. “Nos anos em que liderou as entidades do comércio gaúcho, encontrava-se e trocava correspondências regularmente com presidentes, ministros e as mais importantes autoridades federais”²⁶. Santos também atuava, de forma mais reservada, em organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul (Ipesul), como sócio fundador²⁷ e chefe do Departamento de Contato entre 1962 e 1964, também foi sócio fundador da Ação Democrática Renovadora (ADR), criada em 1965²⁸.

O Ipesul, criado em 23 de março de 1962, funcionou como uma filial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), congregando representantes de vários setores do empresariado sul-rio-grandense. Empreenderam uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart, contribuindo para sua deposição, e seguiram atuando no pós-golpe, como difusão no empresariado de determinadas concepções econômicas, empresariais e políticas²⁹. Diversos membros do Ipesul também compuseram os quadros da ADR, entidade fundada em 13 de setembro de 1965 por civis e militares, que se intitulavam “zeladores da democracia”, com caráter notadamente anticomunista e com funções pedagógicas, no sentido de “levar o conhecimento às elites e ao público nos campos políticos, econômico e sociais” através de uma coluna no jornal Diário de Notícias, intitulada Democracia em Ação, cursos, palestras e publicações³⁰. Em seu estatuto, a ADR se apresentava como uma organização “cívico-patriótica independente de qualquer vínculo político-partidário ou credo religioso”, e tinha por objetivo “a) propugnar pela estabilidade do regime democrático; b) lutar em prol da superação dos problemas socioeconômicos brasileiros pelo processo democrático; c) combater as ideias extremistas, de modo especial o comunismo; d) combater a corrupção em quaisquer de suas manifestações”³¹.

25. “Fábio Araújo Santos, maior liderança do Rio Grande do Sul por duas décadas. Especial”, *Zero Hora*, 12 de março de 2009, 4.

26. “Fábio Araújo Santos”, 4.

27. Thiago Aguiar-Moraes, “‘Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado’: os discursos da fração ‘vanguardista’ da classe empresarial gaúcha na revista *Democracia e Empresa* do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)” (dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012), <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2414>

28. Dalpiaz-Carlos, “Os ‘zeladores’ da democracia”, 26.

29. Aguiar-Moraes, “‘Entreguemos a empresa’”, 169.

30. Dalpiaz-Carlos, “Os ‘zeladores’ da democracia”, 20.

31. Dalpiaz-Carlos, “Os ‘zeladores’ da democracia”, 12.

Segundo Thiago Aguiar de Moraes, Santos apoiou o golpe de 1964, apresentando as seguintes justificativas: “não estávamos à beira do caos. Já tínhamos entrado nele. O governo não dispunha das condições mínimas para o exercício da autoridade e, acumulando erros e desmandos, a par de uma nítida tendência esquerdista, chegou a março de 1964 completamente desmoralizado”³². À época da inauguração do monumento, Fábio Araújo Santos era presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e membro do conselho fiscal da ADR³³. Era uma figura de prestígio nacional e internacional, inclusive mantida sob observação de órgãos estadunidenses. Em dezembro de 1969, o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre encaminhou à embaixada daquele país no Rio de Janeiro uma ficha biográfica de Santos, que, posteriormente, foi repassada ao Departamento de Estado em Washington. Na avaliação do cônsul, Fábio era um homem a ser observado e acessado com alguma cautela, mas, mesmo assim, um contato extremamente útil e valioso³⁴.

Para Fábio Araújo Santos, Castelo Branco era uma referência “por sua seriedade, por seu espírito democrático e por ter tido a capacidade de tirar em mil dias o país do caos em que se encontrava, aliando-o com a tranquilidade, segurança e os princípios econômicos das economias mais desenvolvidas”³⁵. O empresário comparava-o ao general Charles De Gaulle, que presidiu a França entre 1959 e 1969, ao ex-presidente estadunidense Franklin Roosevelt e ao ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Inúmeras vezes encontrou-se com Castelo Branco, em Brasília e em Porto Alegre. Após a morte do marechal, a interlocução com a ditadura seguiu nas figuras dos generais-presidente, bem como de seus ministros da área econômica, Roberto Campos, Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen³⁶. Naquela conjuntura, homenagear Castelo Branco extrapolava a intenção de rememorar o aniversário de sua trágica morte, mas também, como lembrou Araújo³⁷, evidenciava certo saudosismo da elite econômica sul-rio-grandense quanto aos índices de crescimento econômico dos anos anteriores, principalmente pelos desafios impostos pela crise do petróleo, em um contexto internacional, e a derrocada do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do general Ernesto Geisel³⁸.

32. Aguiar-Moraes, “Entreguemos a empresa”, 46-47.

33. Dalpiaz-Carlos, “Os ‘zeladores’ da democracia”.

34. “Biographic Information: Fábio Araújo Santos, President of the Chamber of Commerce of Porto Alegre”, 1969, em Brown University Library (BUL), Providence-Estados Unidos da América, Fundo: Opening the Archives - Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, doc. bdr:339111.

35. “Fábio Araújo Santos”, 4.

36. “Fábio Araújo Santos”, 4.

37. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 3.

38. Para a economia brasileira pós-1973, incluindo o II PND, ver Carlos-Henrique Lopes-Rodrigues, “Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos”, conferência apresentada em o XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12.ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória, Brasil, 14 a 16 de setembro de 2015, https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf

Acrescentaria a essa leitura, a possibilidade de compreender a proposta de Santos como um indício do medo da mudança³⁹, relacionado à imprevisibilidade do processo de transição política, particularmente, esse futuro aberto de construção da democracia. Na abordagem proposta por esse artigo, o monumento revela mais que um saudosismo, mas a busca de orientação em um passado idealizado frente aos desafios colocados pelo presente e pelo futuro econômico e político do país. Desta forma, saudou-se a ditadura e seu primeiro ditador como forma de celebrar a parceria entre o capital e aqueles que possibilitaram o golpe de 1964, relação que seguiu sendo saudada nos anos posteriores. Em telegrama datado de 21 de julho de 1981, Fábio Araújo Santos congratulava o “digníssimo presidente da República” pelos rumos da política econômica de seu governo:

Com satisfação, as entidades empresariais do Rio Grande do Sul tomaram ciência da sanção de vossa excelência aos atos legais que obtiveram a privatização das empresas pertencentes à união. Tanto maior é a satisfação, visto constituírem-se em medida que sempre fizeram parte das diretrizes que vossa excelência reiteradamente proclamou e que a classe empresarial brasileira defende como pressuposto da livre iniciativa que acredita como fundamento de uma sociedade democrática e aberta.⁴⁰

Portanto, o monumento a Castelo Branco pode ser lido como um monumento ao capitalismo, às suas práticas e aos seus valores, ainda que essa homenagem esteja oculta, sub-reptícia. Se “democracia” era uma noção em disputa no cenário político brasileiro durante o final dos anos 1970, a elite empresarial sul-rio-grandense, aliada a alguns militares, não pouparia esforços para o controle do processo de transição, garantindo a democracia liberal como o único projeto possível, o “fim da história”⁴¹.

O monumento

Para a concepção do monumento, a Comissão teria convidado três escultores, Carlos Tenius, Francisco Stokinger e Vasco Prado. Contudo, somente Tenius aceitou o convite, tendo os demais artistas alegado questões ideológicas para não elaborarem propostas⁴². Carlos Tenius formou-se escultura em 1965 pela então Escola de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. da qual tornou-se professor em 1977. É autor de diversas

39. Garretón, “Fear in Military”.

40. “Telegrama de Fábio Araújo Santos”, Porto Alegre, 21 de julho de 1981, em Arquivo Nacional (AN), Brasília-Brasil, Fundo: Gabinete Pessoal do Presidente da República, Seção: João Batista de Oliveira Figueiredo, Dossiê: BR_DFANBSB_JF.JBF.0.73, doc. BR_DFANBSB_JF_JBF_0_0073_d0001de0001, p. 271.

41. Berber Bevernage, “The Past Is Evil/Evil is Past: on Retrospective Politics, Philosophy of History, and Temporal Manichaeism”, *History and Theory* 54, no. 3 (2015): 333-352, <https://doi.org/10.1111/hith.10763>

42. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 3.

esculturas presentes no espaço público da cidade de Porto Alegre. A memória descritiva do projeto assim o apresentava:

A presente escultura é, portanto, uma constubistanciación [sic] do espírito contemporâneo de um País em luta pelo progresso, de um espírito de Ordem e Progresso, de uma vigilância permanente pelo resguardo dos direitos do homem. O monumento que se erguerá no Parque Moinhos de Vento, em Porto Alegre, é uma escultura cujos valores estéticos plasman figuras de guerreiros, solidários em um bloco unívoco de corpos, escudos e lanças, que ergue no local o vulto de uma sentinela a olhar sobranceiramente sobre o espaço simbólico dos Farrapos, recortando-se sobre o céu na ânsia de sua vigilância pelos destinos da Pátria.⁴³

Ainda de acordo com a análise de Araújo⁴⁴ a proposta do monumento, realizada durante o governo de Ernesto Geisel, cujo lema era “desenvolvimento com segurança”, justificaria a ideia de “vigilância” presente na obra. Assim como a proposta possui indícios do medo das elites quanto à imprevisibilidade do regime vindouro com o “término” da ditadura, a ideia de “vigilância” explicitada no excerto acima reforça essa argumentação, lembrando que a ideia de abertura política estava associada a um processo “lento, gradual e seguro”, ou seja, que seria controlado, vigiado, ao menos enquanto intenção dos militares e civis no poder. As sentinelas presentes na escultura serão analisadas posteriormente. Voltando à análise da escultura e do monumento em si, Tenius afirmou que procurava “fugir ao caricatural, ao anedótico. Acho que se pode fazer uma boa crítica social, ainda que sutil, usando elementos geométricos e abstratos. O monumento ao Castelo Branco, que é o que mais me emociona, tem uma forma estética parada, fechada, o que traduz, de certa forma, o nosso momento histórico”⁴⁵. Quanto à forma, Tenius levou em consideração o observador como codificador da obra, permitindo uma livre interpretação: “olhem minhas esculturas até conseguirem vê-las”, disse em 1978⁴⁶. Porém, em reportagem publicada em O Estado de São Paulo à época da inauguração do monumento, Tenius teria afirmado que a escultura de aço ferruginoso, que pesa 50 toneladas e que custou dois bilhões de cruzeiros⁴⁷, simbolizaria “a confraternização do povo e das Forças Armadas”⁴⁸.

Sabemos que houve uma campanha de arrecadação de recursos para a construção do monumento, contudo, não foram encontradas informações sobre o valor arrecadado. O jornal Diário de Pernambuco, em sua edição de 25 de maio de 1979, afirmou que a homenagem foi paga com aportes provenientes do Montepio da Família Militar, do Grupo Ipiranga,

43. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 3-4.

44. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 4.

45. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 7.

46. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 10.

47. Folha de S. Paulo, 26 de abril de 1979, 7.

48. O Estado de S. Paulo, 26 de abril de 1979.

do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, da Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses (Samrig) do Grupo Olvebra, do Grupo Maisonnave, do Grupo Renner e da J. H. Santos⁴⁹. Além da escultura em si, o monumento também implicava a obtenção de um espaço para sua construção. Em princípio, a homenagem ficaria no Parque Farroupilha, em frente ao Colégio Militar de Porto Alegre, mas a ideia foi abandonada devido a outras construções presentes ali, como o Monumento ao Expedicionário, um arco do triunfo inaugurado em 1957. A proposta de Tenius, uma obra de 28 metros de altura, com 10 metros de base, exigia um entorno de 80 metros de diâmetro para sua ampla visualização⁵⁰. A segunda proposta de local foi o Parque Marinha do Brasil, mas os arquitetos vencedores do concurso para elaborar o projeto do espaço recusaram a receber o monumento⁵¹. A estética escultórica moderna e a escolha do Parque Moinhos de Vento não agradaram um grupo de leitores do jornal sul-rio-grandense *Correio do Povo*⁵². A essa recepção, Tenius respondeu que “o público nunca representou um problema para mim porque com o tempo ele muda. Porém, sei que os jovens podem compreender minha intenção”⁵³. Podem, sem dúvida, desde que saibam da existência de um monumento em homenagem a Castelo Branco, pois o conhecimento é imprescindível para a recordação⁵⁴.

O monumento como uma memória do capitalismo

A proposta de se pensar as memórias do capitalismo surge a partir dos debates suscitados pelas transformações culturais, econômicas, políticas e sociais vivenciadas no século XX, somadas aos episódios de autoritarismo e violência, que modificaram as relações estabelecidas com o passado e com o tempo, exigindo novas abordagens sobre as noções de memória, esquecimento e temporalidade. Nessa conjuntura, observa-se uma discrepância de discursos e representações memoriais quanto ao componente ideológico e político: enquanto memórias e vítimas de experiências comunistas são nomeadas, existe uma ausência de reconhecimento das memórias e vítimas do capitalismo. Para que se reflita sobre as condições de produção de memórias do capitalismo, é necessário partir de uma compreensão ampliada do capitalismo como uma razão cuja normatividade foi estendida a todas as dimensões da vida, afetando a relação com o passado e com o tempo⁵⁵. Considera-se

49. *Diário de Pernambuco*, 25 de maio de 1979, A-2.

50. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 8.

51. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 9.

52. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 10.

53. Gil-Araújo, “O cenário urbano”, 11.

54. Aleida Assmann, *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (Campinas: Universidad Estadual de Campinas, 2011).

55. Dardot e Laval, *A nova razão*, 7.

que as tendências do capitalismo à abstração⁵⁶, aceleração e alienação⁵⁷, assim como sua universalização como “democracia liberal”⁵⁸, fomentam sua naturalização e invisibilização como produtor de desigualdades, hierarquias e violações de direitos humanos. Essas tendências também contribuem para a destemporalização do sistema, que, por sua vez, resultam em uma memória do capitalismo que se apresenta ora como ausência, ocultação ou silêncio; ora explicitamente, ainda que não enunciada ou reconhecida.

Entende-se a produção de “memórias do capitalismo” como um trabalho, no duplo sentido atribuído por Elizabeth Jelín⁵⁹. A autora afirma que, por um lado, “trabalho” agrega a dimensão da ação e produção, elemento distintivo da condição humana, para além da ideia de agregação de valor e transformação; por outro, Jelín também utiliza a ideia de “trabalho” como elaboração, próximo às concepções psicanalíticas, também desenvolvidas por historiadores como Dominick LaCapra e Paul Ricoeur⁶⁰. Desta forma, os trabalhos de memória implicam uma dimensão enunciativa, ou seja, de inscrição das representações ausentes ou ocultadas do passado. O trabalho de memória resultante do reconhecimento do Monumento a Castelo Branco como uma “memória do capitalismo” aproxima a leitura do monumento do conceito de semióforo, utilizando a definição de Krystof Pomian⁶¹. Para o autor, semióforos realizam mediações as pessoas e o ausente que representam, entre o mundo visível e o mundo invisível⁶². Essa invisibilidade, que engendra o ausente e o oculto, não estão dadas, mas assinaladas a partir da comunicação, através da linguagem, de um enunciado. De acordo com Pomian,

A linguagem [...] impõe a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe. A oposição entre o invisível e o visível é antes de mais nada a que existe entre aquilo de que se fala e aquilo que se apercebe, entre o universo do discurso e o mundo da visão.⁶³

A linguagem, enquanto ato de enunciação, é, portanto, fundamental para realizar o reconhecimento do monumento como “memória do capitalismo”. Françoise Choay afirma que “todo o objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemos, todo o artefato

56. Charlie Gere, *Digital Culture* (Londres: Reaktion Books, 2008).

57. Hartmut Rosa, *Alienación y aceleración: hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía* (Buenos Aires: Katz, 2016).

58. Gilman, *Mandarins of the Future*, 90.

59. Elizabeth Jelín, *Los trabajos de la memoria* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2002).

60. Dominick LaCapra, *Writing History, Writing Trauma* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001); Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento* (Campinas: Universidad Estadual de Campinas, 2007).

61. Krystof Pomian, “Coleção”, em *Enciclopédia Einaudi* v. 1 (Porto: Imprensa Nacional, 1984), 51-86.

62. Pomian, “Coleção”, 66.

63. Pomian, “Coleção”, 68.

humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória”⁶⁴. Assim, a possibilidade de significar esses “objetos” como uma “memória do capitalismo” é uma possibilidade advinda do próprio trabalho de memória, da resignificação do passado. Nesse sentido, o monumento, enquanto uma memória do capitalismo, não deixa de ser uma homenagem à ditadura e aos ditadores. As relações estabelecidas entre setores da sociedade civil e o regime foram caracterizados pela ambivalência, em alguns momentos, com apoio e legitimidade significativos, pois os valores da ditadura estavam presentes na sociedade⁶⁵. As relações entre o Estado e as elites econômicas pautaram-se por benefícios e interesse mútuos, mas também por uma economia e moral específicas, baseadas em dádivas e contra-dádivas. A “pista” para a utilização dessa noção de reciprocidade provém de uma fala de Fernando Henrique Cardoso no documentário *Cidadão Boilesen*. Cardoso afirma que a ditadura demandava dinheiro ao empresariado para o financiamento da repressão não porque não possuísse recursos financeiros para o desenvolvimento das operações repressivas, “mas porque esse dinheiro selava a aliança entre as duas partes. A relação entre o empresariado e o governo militar completava, assim, o ciclo de trocas que atendia aos interesses dos dois setores aliados”⁶⁶.

O “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss, publicado em 1924, tornou-se, portanto, uma referência imprescindível para pensar o Monumento a Castelo Branco como uma “memória do capitalismo”. Mauss aborda a função da dádiva na produção e reprodução das relações e dos vínculos sociais a partir do que chamou de “tripla obrigação” (dar, receber e retribuir), em gestos que, em princípio, parecem ser gratuitos, livres e voluntários. São “transações” regidas por uma economia e uma moral muito específicas. E, embora os casos estudados por Mauss sejam de sociedades por ele chamada de “primitivas”, o antropólogo reconhece que essa moral e essa economia funcionam ainda no que seria o Ocidente, caracterizado por relações contratuais na economia e no direito⁶⁷. Em se tratando do relacionamento entre o Estado e a elite econômica, com representantes oriundos dos setores agrícola, comercial e industrial, poderia se supor que tal moral e tal economia seriam regidas pelos benefícios e interesses mútuos. Porém, essa seria uma percepção meramente utilitarista das relações sociais, e como a dádiva institui “um contrato bem mais geral e bem mais permanente”⁶⁸, torna-se compreensível que as relações entre a ditadura e essa elite não se restrinja à formalidade dos acordos e contratos, mas se estendam para um universo simbólico de celebrações e homenagens. Isto porque, nas regras da generosidade, “a finalidade é antes de tudo moral,

64. Françoise Choay, *A alegoria do patrimônio* (Lisboa: Edições 70, 2014).

65. Denise Rollemberg y Samantha Viz Quadrat, orgs., *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Vol. 2 Brasil e América Latina (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010).

66. Vitor Sion et al., “Introdução: sem improviso”, em *À espera da verdade: empresários, juristas e elite transnacional, histórias de civis que fizeram a ditadura militar*, orgs. Joana Monteleone et al. (São Paulo: Alameda, 2016), 30.

67. Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 265.

68. Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 191.

seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo”⁶⁹. Desta forma, as celebrações e as homenagens selariam não somente acordos comerciais, mas também relações e vínculos sociais. Assim, essas homenagens, que em uma primeira observação poderiam parecer espontâneas e livres, demonstram que não são realmente desinteressadas. Seriam, como afirma Mauss, contraprestações, “feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa e que não pode sequer ser recusada [...]”⁷⁰.

A partir da leitura fornecida por Mauss, os interesses econômicos e políticos que regeriam as relações entre o Estado e o capital, ganhariam uma nova dimensão. Por exemplo, explicaria a presença de muitos promotores da desestabilização do governo João Goulart e de articuladores do golpe de 1964 em cargos estratégicos da estrutura do Estado; os motivos para o financiamento da estrutura repressiva da ditadura; o exponencial crescimento do capital das empreiteiras brasileiras durante o período do chamado “milagre econômico”; ou as relações engendradas pelas reformas na legislação trabalhista e pelas políticas econômicas, que possibilitaram uma superexploração do trabalho durante a ditadura, ou a inércia dos órgãos competentes em investigar e punir os acidentes de trabalho⁷¹. No caso específico que aqui está sendo analisado, as condições materiais obtidas pelo empresariado gaúcho através das políticas implementadas pela ditadura foram recompensadas com a proposição da homenagem que, ao mesmo tempo, serviu como uma demonstração de anseios para o processo de transição política. No próximo item, as dádivas e contra-dádivas ficarão mais explícitas nos discursos de inauguração do monumento.

A inauguração

A inauguração do monumento ocorreu em 25 de abril de 1979, uma quarta-feira à tarde, em uma conjuntura em que os debates político e social se centravam nas propostas de anistia⁷². A cerimônia contou com a presença do general João Batista Figueiredo, que descerrou a placa, mas não realizou nenhum pronunciamento. Essa foi a primeira visita oficial de

69. Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 211.

70. Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 303.

71. No Brasil, os estudos sobre a dádiva e a contra-dádiva são abundantes para o período da América Portuguesa e para compreender relações políticas clientelísticas.

72. Para uma análise sobre as demandas por anistia e a aprovação da lei pelo Congresso Nacional ver Carla-Simone Rodeghero, “A anistia entre a memória e o esquecimento”, *História Unisinos* 13, no. 2 (2009): 131-139, <https://doi.org/10.4013/htu.2009.132.03>; Janaina de Almeida-Teles, “As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979”, *Idéias* 1, no. 1 (2010): 71-93, <https://doi.org/10.20396/ideias.v1i1.8649306>; e Antonio Montenegro, Carla-Simone Rodeghero e Maria-Paula Araújo, orgs., *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil* (Recife: Universidad Federal de Pernambuco, 2012).

Figueiredo ao Rio Grande do Sul após sua posse como presidente da República⁷³. Também estiveram presentes os filhos de Castelo Branco, Paulo Viana Castelo Branco e Antonienta Castelo Branco Diniz, e outras autoridades ministeriais, incluindo onze ex-ministros do governo do marechal, além de empresários, estudantes que circundavam o palanque, e um público bastante significativo, separado do ato por um cordão de isolamento⁷⁴. Em nome da família Castelo Branco, falou Nascimento Silva, para quem “Castelo passou a exercer a Presidência da República, como se estivesse preparado por toda a sua vida para esse desempenho máximo. Enfrentou todos os desafios, situações de extrema gravidade, opôs-se a forças que pareciam invencíveis, dando ao país um contorno novo, corrigindo onde havia o que corrigir e só na medida do necessário e inovando onde havia o que inovar”⁷⁵. Fábio Araújo Santos, enquanto coordenador da comissão responsável pela construção do monumento, fez o seguinte discurso, transcrito pelo jornal O Estado de S. Paulo:

Após o término da Primeira Guerra Mundial as lideranças surgidas têm jogado as nações em feroz regime totalitário ou numa festiva ineficiência, ou ainda, o que é mais grave e muito frequente, numa cruel associação do totalitarismo com a ineficiência. [...] A Constituição de 1967, de sua inspiração, legalmente discutida e aprovada pelo Congresso, era um instrumento atualizado e eficaz. Por falta de apoio político, teve curta duração. Cumpre registrar que nasceu estigmatizada pela oposição, que se recusou, inclusive, a votar sua redação final; hoje, no entanto, seus méritos são reconhecidos. [...] Castello lançou as bases da reconstrução nacional [...]. Que seu clarividente reformismo, que sua paciente pertinácia e que sua equilibrada tolerância inspirem os nossos políticos de hoje e de amanhã.⁷⁶

Em outro trecho, Santos afirmou que o monumento deveria ser considerado o “resgate de um compromisso de gratidão do empresariado do Rio Grande do Sul ao líder estadista, um militar, com elevado espírito profissional e arraigadas convicções legalistas, que no testemunho dos biógrafos, jamais aspirara o [sic] poder”⁷⁷. Os demais pronunciamentos também procuraram salientar as supostas qualidades administrativas e políticas do “revolucionário” Castelo Branco, seu compromisso com a democracia e com o combate à corrupção e à subversão. Desta forma, recuperar a figura de Castelo Branco em um momento de debate sobre a democracia, poderia significar um intento de controle do processo de transição, garantindo rumos econômicos e políticos benéficos para setores que foram constantemente favorecidos com o autoritarismo e as políticas econômicas da ditadura civil-militar. Algumas

73. *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 1979, 7.

74. *O Estado de S. Paulo*, 26 de abril de 1979.

75. *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 1979, 7.

76. *O Estado de S. Paulo*, 26 de abril de 1979.

77. *Jornal do Comércio*, 26 de abril de 1979, 1, Segundo Caderno.

semanas depois da inauguração do monumento, em uma reunião-almoço no Palácio do Comércio em Porto Alegre, Fábio Araújo Santos reforçava que “o processo de abertura que o país vive é um reencontro com os ideais do movimento de 1964”⁷⁸.

Conclusões

Na primeira metade dos anos 1990, uma série de medidas de justiça transicional foram tomadas pelo Estado brasileiro, tais como a promulgação da Lei n. 8.158, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei de Arquivos” que deu início à disponibilização dos fundos documentais dos órgãos de informação, inteligência e repressão da ditadura; a promulgação da Lei n. 9140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhecia como responsabilidade do Estado as mortes e os desaparecimentos políticos durante a ditadura, e criava a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP); e a promulgação do Decreto n. 1904, de 15 de maio de 1996, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos⁷⁹. A essas ações, somam-se a inauguração do monumento “Tortura Nunca Mais”, em Recife, em 1993, e a rememoração dos 30 anos do golpe civil-militar em 1994. Nessa conjuntura de reavivamento da “batalha de memórias” sobre a ditadura, em junho de 1996, o então vereador da cidade de Porto Alegre, Giovani Gregol, do Partido dos Trabalhadores, encaminhou à mesa da Câmara Municipal o projeto de lei do legislativo n. 95/1996, que propunha designar como “Tortura Nunca Mais” “o monumento de aço erguido no Parque Moinhos de Vento”⁸⁰.

A iniciativa foi arquivada no final daquele ano, pois não foi votada até o final da legislatura. Pode-se considerá-la como uma iniciativa de justiça de transição, que, inclusive, “antecipou” em quase duas décadas as recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Contudo, essa proposta de Gregol retoma uma questão muito importante quando se fala em justiça de transição. A mera existência de políticas de memória não atesta sua qualidade. Afinal, apenas a mudança de nome anularia a homenagem à Castelo Branco? Essa questão remete a outras relacionadas aos chamados “patrimônios difíceis”⁸¹: é possível ressignificá-los? Como todo o trabalho de memória, este se encontra inconcluso. Na manhã de 1.º de abril de 2014, aniversário de 50 anos do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, as

78. *Diário de Pernambuco*, 25 maio de 1979, A-2.

79. Vadenia Brito, “El monumento para no olvidar: Tortura Nunca Mais en Recife”, em *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, comps. Elizabeth Jelín e Victoria Langland (Madrid: Siglo XXI, 2003), 113-125.

80. Câmara Municipal de Porto Alegre - Câmara de Vereadores, “Ata da quinquagésima terceira sessão ordinária da quarta sessão legislativa ordinária da décima primeira legislatura de 26 de junho de 1996”, https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sessoes_plenarias_antigas/1996/06/26/053a%20SO%20-%2026jun1996.htm

81. William Logan e Keir Reeves, “Remembering Places of Pain and Shame”, em *Places of Pain and Shame. Dealing with Difficult Heritage*, orgs. William Logan e Keir Reeves (Londres y Nova Iorque: Routledge, 2009), 1-14; Viviane-Trindade Borges, “Como a História Pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?”, em *Que história pública queremos?* orgs. Ana Maud, Ricardo Santhiago e Viviane-Trindade Borges (São Paulo: Letra e Voz, 2018), 85-100.

longilíneas pernas das sentinelas de Tenius suspendiam uma faixa com os dizeres “Ditadura nunca mais”. A efeméride estava inserida em uma conjuntura de manifestações pelo retorno da ditadura e pelos trabalhos da CNV. Foi através dos debates públicos promovidos pela Comissão que se propôs outras ressignificações da memória da ditadura em Porto Alegre: a alteração do nome da Avenida Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia – aprovada, mas, posteriormente, revogada⁸²; e a transformação do centro clandestino de detenção Dopinha no Memorial Ico Lisboa – projeto que não foi adiante, pelas dificuldades de articulação entre os poderes municipal, estadual e federal⁸³. Com os debates realizados em 2020 sobre as estátuas e a proximidade da rememoração do sexagésimo aniversário do golpe de 1964, vislumbra-se nossos questionamentos em relação às homenagens a ditadores no espaço público.

Se a memória se articula e se narra a partir de um presente, que presente experienciava a classe empresarial e industrial sul-rio-grandense e seus apoiadores militares entre 1978 e 1979 a ponto de recuperar a figura de Castelo Branco e lhe propor um monumento? Parto da hipótese que a construção dessa homenagem se tratava de uma demanda política para o processo de transição, para a construção da democracia e para a luta pelas liberdades democráticas. Para os setores envolvidos com a ditadura, era um momento de crise e, como afirmou Aleida Assmann, essas conjunturas são extremamente propícias para se erigir memoriais, que não se dirigem somente às gerações futuras, “mas se tornam, sim, instrumentos de influência política sobre os cidadãos contemporâneos. De várias maneiras, tais memoriais correspondem na verdade ao desejo de eternizar o presente e de negar o processo histórico”⁸⁴. Enquanto uma “memória do capitalismo” o Monumento a Castelo Branco é um semióforo que institui no espaço público três elementos: a) a desassociação entre a ditadura e o capital enquanto projeto econômico, moral e social, nas formas de celebração (monumentos e memoriais) do regime implementado em 1964, ou sua apresentação naturalizada enquanto “cultuo permanente”, conforme a perspectiva benjaminiana; b) uma vivência de insegurança, de imprevisibilidade e de medo do processo de transição política brasileiro e da construção da democracia, frente às demandas apresentadas ao Estado por diversos setores da sociedade brasileira naquela conjuntura, que poderiam destoar dos interesses das classes empresariais e industriais que se beneficiaram dos projetos econômicos

82. Para a discussão sobre a mudança no nome da avenida ver Caroline Silveira-Bauer, “O lugar da história e da memória em uma avenida: embates pela mudança da Avenida Castelo Branco (Porto Alegre, 2011-2014)”, conferência apresentada em os Anais do VIII Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, Universidade Federal de Pelotas, Ciudad, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014, 338-344.

83. As demandas pela transformação do antigo centro clandestino de detenção Dopinha no Memorial Ico Lisboa foram estudados por Nadine Mello-Pereira, “Usos do Passado, Usos do Presente: o centro clandestino Dopinha em Porto Alegre (1964-2018)” (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020), <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217374>

84. Assmann, *Espaços de recordação*, 53.

e políticos da ditadura; e c) uma necessidade dessas classes de pautar os exemplos e os valores que norteariam a continuidade do status quo ditatorial em uma conjuntura que se vislumbravam transformações no sistema. Até o momento, não foram encontrados outros monumentos que se assemelhem ao analisado, no sentido de resultarem da proposição da elite econômica de alguma região. Não seria um paradoxo pensar essa forma de celebrar e lembrar permeada de esquecimento ou invisibilidade do capital, afinal, memória e esquecimento são complementares. Cabe a nós, historiadoras e historiadores, explicitar esses projetos silenciados ou sub-reptícios, naturalizados como fatalismo histórico.

Para terminar, é necessário fazer referência às sentinelas do monumento. Como “soldados armados que guardam um posto, executando tudo o que lhes foi determinado pelos superiores”, de acordo com a definição do Dicionário Houaiss⁸⁵, essas sentinelas guardam, preservam, protegem o quê? O projeto descritivo da homenagem afirmava se tratar de uma “vigilância permanente pelo resguardo dos direitos do homem” além de uma “vigilância pelos destinos da Pátria”. Curiosamente, a palavra “sentinela” seria uma variação de um termo latino que significaria “evitar um perigo usando a astúcia”, e se está diante de duas astúcias: a de Tenius, na evocação da importância dos direitos humanos, cuja violação pela ditadura se tornava cotidianamente mais conhecida; e a dos propositores da homenagem, que, com as sentinelas, mantinham em segurança a abertura “lenta e gradual” e vislumbravam uma democracia muito específica, criando uma “memória” para o capitalismo. O historiador Peter Burke⁸⁶ afirmou que não somente a história é escrita pelos vencedores, mas também os processos de esquecimento são promovidos por eles. Astutos aqueles que procuram controlar a política e o futuro a partir de trabalhos de memória, notadamente, monumentos celebratórios. Este artigo buscou contribuir nos debates sobre a responsabilização dos empresários, não com as ações repressivas, mas com a promoção e construção de uma memória sobre a ditadura. Acredita-se que essa ação também se configura como uma violação de direitos humanos, já que se consolidou nos debates sobre a justiça de transição os direitos à memória e à verdade, algo que as homenagens à ditadores nos espaços públicos podem ocultar. Portanto, é imprescindível seguir o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e as recomendações do relatório final da CNV, que conferem legitimidade para iniciativas de ressignificação, entendidas como novas atribuições de sentido e significados às homenagens à ditadura e a seus ditadores.

85. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

86. Peter Burke, “A História como memória oficial”, em *O mundo como teatro. Estudos de Antropologia histórica* (São Paulo: Difel, 1992), 235-251.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivos

- [1] Arquivo Nacional (AN), Brasília-Brasil. Fundo: Gabinete Pessoal do Presidente da República. Seção: João Batista de Oliveira Figueiredo.
- [2] Brown University Library (BUL), Providence-Estados Unidos da América. Fundo: Opening the Archives - Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.

Publicações periódicas

- [3] “Fábio Araújo Santos, maior liderança do Rio Grande do Sul por duas décadas. Especial”. *Zero Hora*, 12 de março de 2009.
- [4] *Diário de Pernambuco*, Brasil, 1979.
- [5] *Folha de S. Paulo*, Brasil, 1979.
- [6] *Jornal do Brasil*, Brasil, 1978.
- [7] *Jornal do Comércio*, Brasil, 1978.
- [8] *O Estado de S. Paulo*, Brasil, 1979.
- [9] *Revista da Associação Comercial*, Brasil, 1977.

Documentos impressos e manuscritos

- [10] Câmara Municipal de Porto Alegre - Câmara de Vereadores. “Ata da quinquagésima terceira sessão ordinária da quarta sessão legislativa ordinária da décima primeira legislatura de 26 de junho de 1996”. https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sesoes_plenarias_antigas/1996/06/26/053a%20SO%20-%2026jun1996.htm
- [11] Câmara Municipal de Porto Alegre - Câmara de Vereadores. “Ata da septuagésima segunda sessão ordinária de 27 de agosto de 2014”. https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sesoes_plenarias_antigas/2014/08/27/072a%20so%20-%2027agosto2014.htm
- [12] Comissão Nacional da Verdade (CNV). “Texto 8. Civis que colaboraram com a ditadura”. En *Relatório. Textos temáticos*, 314-338. Brasília: CNV, 2014. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>
- [13] Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. “Ato institucional no. 2 de 1965 (27 de outubro). Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências”. *Diário Oficial da União* de 27.10.1965. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

Fontes secundárias

- [14] Aguiar-Moraes, Thiago. “‘Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado’: os discursos da fração ‘vanguardista’ da classe empresarial gaúcha na revista *Democracia e Empresa* do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)”. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2414>
- [15] Almeida-Teles, Janaina de. “As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979”. *Idéias* 1, no. 1 (2010): 71-93. <https://doi.org/10.20396/ideias.v1i1.8649306>
- [16] Assmann, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Universidad Estadual de Campinas, 2011.
- [17] Basualdo, Victoria. “Responsabilidad empresarial en la represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado: avances recientes sobre la dictadura argentina (1976-1983) en un marco regional e internacional”. *La Rivada. Revista de investigaciones en Ciencias Sociales* 5, no. 9 (2017): 14-29. <https://larivada.unam.edu.ar/index.php/larivada/article/view/153>
- [18] Benjamin, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- [19] Bevernage, Berber. “The Past Is Evil/Evil is Past: on Retrospective Politics, Philosophy of History, and Temporal Manichaeism”. *History and Theory* 54, no. 3 (2015): 333-352. <https://doi.org/10.1111/hith.10763>
- [20] Borges, Viviane-Trindade. “Como a História Pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?”. Em *Que história pública queremos?* Organizado por Ana Maud, Ricardo Santhiago e Viviane-Trindade Borges, 85-100. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- [21] Brito, Vadenia. “El monumento para no olvidar: Tortura Nunca Mais en Recife”. Em *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, compilado por Elizabeth Jelin e Victoria Langland, 113-125. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- [22] Burke, Peter. “A História como memória oficial”. Em *O mundo como teatro. Estudos de Antropologia histórica*, 69-89. São Paulo: Difel, 1992.
- [23] Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- [24] Dalpiaz-Carlos, Sara. “Os ‘zeladores’ da democracia. Ação democrática renovadora: um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul”. Tese de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173751>
- [25] Dardot, Pierre e Christian Laval. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- [26] Dreifuss, René. *A conquista do Estado. Ação política e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- [27] Gallo, Carlos-Arthur. “A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 38 (2002). <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.253850>

- [28] Gallo, Carlos-Arthur e Christian Jecov-Schallenmüller. “Quem estuda justiça de transição no Brasil? Um panorama sobre uma agenda de pesquisas em construção”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, no. 99 (2023): 1-22. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/641>
- [29] Garretón, Manuel-Antonio. “Fear in Military Regimes: an Overview”. Em *Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America*, editado por Juan E. Corradi, Patricia Weiss-Fagen e Manuel-Antonio Garretón, 13-23. Berkeley: University of California Press, 1992.
- [30] Gere, Charlie. *Digital Culture*. Londres: Reaktion Books, 2008.
- [31] Gil-Araújo, Virgínia. “O Cenário Urbano como Representação do Progresso – História, leituras e atitudes desencadeadas pelo Monumento ao Marechal Castello Branco. Porto Alegre / 1978-1979”. Conferência apresentada em o XXII Colóquio do Colóquio Brasileiro de História da Arte, Porto Alegre, Brasil, 2002. <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto43.pdf>
- [32] Gilman, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- [33] Houaiss, Antônio e Mauro de Salles Villar. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- [34] Jelín, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- [35] LaCapra, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- [36] Logan, William e Keir Reeves. “Remembering Places of Pain and Shame”. Em *Places of Pain and Shame. Dealing with Difficult Heritage*, organizado por William Logan e Keir Reeves, 1-14. Londres y Nova Iorque: Routledge, 2009.
- [37] Lopes-Rodrigues, Carlos-Henrique. “Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos”. Conferência apresentada em o XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12.ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória, Brasil, 14 a 16 de setembro de 2015. https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf
- [38] Mauss, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em *Sociologia e antropologia*, 183-314. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- [39] Mello-Pereira, Nadine. “Usos do Passado, Usos do Presente: o centro clandestino Dopinha em Porto Alegre (1964-2018)”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217374>
- [40] Mezarobba, Glenda. “De que se fala, quando se diz ‘Justiça de Transição?’”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, no. 67 (2009): 111-122. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/328>
- [41] Montenegro, Antonio, Carla-Simone Rodeghero e Maria-Paula Araújo, orgs. *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Universidad Federal de Pernambuco, 2012.

- [42] Moreira da Silva Filho, José-Carlos. "Corporate Accountability for Involvement in Gross Human Rights Violations During the Brazilian Civil-Military Dictatorship – The Role of the Truth Commissions and the Case of Volkswagen Do Brasil". *Journal of White Collar and Corporate Crime* 4, no. 2 (2023): 124-138. <https://doi.org/10.1177/2631309X221079337>
- [43] Pedreira-Campos, Pedro-Henrique. "A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)". Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16073>
- [44] Pedreira-Campos, Pedro-Henrique. "Empresariado e ditadura no brasil: fontes, métodos e historiografia". *Sillogés* 3, no. 1 (2020): 15-42. <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/116/99>
- [45] Pomian, Krystof. "Coleção". Em *Enciclopédia Einaudi* v. 1, 51-86. Porto: Imprensa Nacional, 1984.
- [46] Quinalha, Renan. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- [47] Reis-Filho, Daniel-Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- [48] Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Universidad Estadual de Campinas, 2007.
- [49] Riegl, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- [50] Rodeghero, Carla-Simone. "A anistia entre a memória e o esquecimento". *História Unisinos* 13, no. 2 (2009): 131-139. <https://doi.org/10.4013/htu.2009.132.03>
- [51] Rollemberg, Denise y Samantha Viz Quadrat, orgs. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol. 2 Brasil e América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010).
- [52] Rosa, Hartmut. *Alienación y aceleración: hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía*. Buenos Aires: Katz, 2016.
- [53] Silveira-Bauer, Caroline. "O lugar da história e da memória em uma avenida: embates pela mudança da Avenida Castelo Branco (Porto Alegre, 2011-2014)". Conferência apresentada em os Anais do VIII Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, Universidade Federal de Pelotas, Ciudad, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.
- [54] Silveira-Bauer, Caroline. "Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura". *Estudos ibero-americanos* 45, no. 1 (2019): 91-103. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.31164>
- [55] Silveira-Bauer, Caroline. "Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma leitura do monumento a Castelo Branco em Porto Alegre". Em *Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história*, organizado por Cristina Meneguello y Julio Bentivoglio, 105-128. Rio de Janeiro: HelpBook, 2022.
- [56] Sion, Vitor, Joana Monteleone, Haroldo-Ceravolo Sereza, Felipe Amorim e Rodolfo Machado, "Introdução: sem improviso". Em *À espera da verdade: empresários, juristas e elite*

transnacional, histórias de civis que fizeram a ditadura militar, organizado por Joana Monteleone, Haroldo-Ceravolo Sereza, Vitor Sion, Felipe Amorim e Rodolfo Machado, 25-32. São Paulo: Alameda, 2016.

- [57] Viz-Quadrat, Samantha, org. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.